

anote na agenda

5 DE AGOSTO

SEXTA FEIRA, NA SEDE DO CFM,
EM BRASÍLIA, DAS 9H ÀS 15 H

MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS QUE ATUAM NO SISTEMA PÚBLICO

Reunião ampliada da Comissão Nacional Pró-SUS, com a presença das Associações Médicas, Conselhos Regionais de Medicina, Sindicatos Médicos e Sociedades de Especialidades.

Médicos do SUS querem melhor remuneração e condições de trabalho

Em todo o país crescem as mobilizações locais de médicos do SUS (veja às págs. 2 e 3). A reunião ampliada da Pró-SUS, no dia 5 de agosto, irá discutir a situação dos médicos da rede pública e, a partir dos relatos dos movimentos estaduais e municipais, definir uma pauta conjunta de ação. “Considerando o vigoroso movimento dos médicos da saúde complementar, chegou a hora de também unificar a classe mé-

dica que atua no SUS, tendo como bandeiras nacionais as deliberações do ENEM 2010,” diz carta da Pró-Sus, assinada pela AMB, CFM e Fenam, convocando as entidades para o dia 5/08.

Levantamento preliminar da Pró-Sus mostra que o movimento dos médicos do sistema público, localizado nos estados e municípios, é dinâmico e heterogêneo, devido à multiplicidade de formas de contratação e

de vínculos de trabalho dos médicos. Não existem parâmetros de equiparação da remuneração dos médicos, com imensas variações inclusive dentro da mesma rede municipal, o que em parte está relacionado à ausência de PCCV e à diversidade de modalidades de gestão no SUS, com empregadores públicos de perfis variados.

A partir dos pontos de convergência, serão traçadas as estratégias do movimento na-

cional em defesa do SUS e dos médicos que atuam no sistema público. Em comum, os médicos do SUS reivindicam:

- 1) Melhor remuneração e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV)
- 2) Condições adequadas de trabalho
- 3) Assistência de qualidade para a população
- 4) Financiamento maior e permanente para o SUS
- 5) Qualificação da gestão pública

Hospitais terão participação no movimento

As entidades médicas e as entidades que congregam os hospitais, além de representarem os prestadores de serviços do SUS, têm em comum o compromisso com o atendimento digno à população e a luta pela regulamentação da Emenda Constitucional 29. No dia

22 de julho, a Pró-Sus, durante reunião da executiva, na sede do CFM, recebeu a visita de representantes dos estabelecimentos hospitalares, para discutir a parceria nas futuras mobilizações dos médicos. Compareceram Olimpio Távora, representando a Confederação Nacional

de Saúde (CNS) que congrega oito federações (Fenaess, Fehosul, Feherj, Fehospar, Fehoesc, Fehoescg, Febase e Fehoesp) e 90 sindicatos patronais que juntam hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios de análises clínicas e serviços de diagnóstico, imagem e fisioterapia;

João Aidar, diretor Executivo do Grupo Saúde Bandeirantes, representando a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), composta por 14 federações estaduais, com mais de 2.100 hospitais associados.

LEMBRETE

Reunião ampliada da Comissão Nacional de Saúde Suplementar (COMSU)
Dia 4 de agosto, no CFM, Brasília.

BALANÇO NACIONAL DAS NEGOCIAÇÕES DOS MÉDICOS COM OS PLANOS DE SAÚDE

GT do MS defende pagamento pelo Código 7

No dia 7 de julho aconteceu a primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Ministério da Saúde (MS) para deliberar sobre a “Remuneração dos Profissionais Médicos no âmbito do SUS”. Florentino de Araújo Cardoso Filho (AMB), José Erivalder Guimarães (Fenam), Aloísio Tibiriçá e Alceu Pimentel (CFM) representaram as entidades médicas nas discussões que envolveram

também representantes de três departamentos do MS, da Confederação das Santas Casas (CMB), Confederação Nacional de Saúde (CNS) e Federação Brasileira de Hospitais (FBH).

Um dos focos do GT é o retorno da remuneração dos médicos pelo “Código 7”, no qual o profissional recebe diretamente do SUS, sem intermediários, evitando o atraso

e a retenção da remuneração nos estabelecimentos e secretarias de saúde.

Coordenado pelo secretário de Atenção à Saúde do MS, Helvécio Miranda, o GT, que vai se reunir novamente dia 3 de agosto, também discutiu que ainda não ficou suficientemente esclarecida a recente revisão do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Os registros

agora devem ser atualizados permanentemente pelos gestores, evitando que o nome do médico continue credenciado a estabelecimentos dos quais já foi desligado. Cada médico pode ter dois vínculos públicos e cinco privados, chegando a um total de 168 horas trabalhadas por mês, podendo, com justificativa, aumentar os vínculos privados, o que ainda necessita de melhor regulação.

Médicos voltam a acompanhar reuniões do CNS

Após o convite do Ministro da Saúde, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e de deliberação da plenária do Conselho, as entidades médicas nacionais voltaram, desde o dia 5 de julho, a acompanhar as reuniões do órgão, na condição de observadoras. O retorno

definitivo dos médicos, com assento permanente, dependerá de mudança no regimento interno do CNS, aprovado em 2008, quando foi extinta a vaga cativa, condicionando a permanência à disputa com as demais categorias profissionais da saúde. As entidades médicas não participaram

do último processo eleitoral do CNS, em 2009, quando foram eleitos os 48 membros atuais.

No retorno dos médicos ao CNS o ministro Alexandre Padilha afirmou que “a categoria médica é fundamental para os debates da saúde”. O presidente do CFM, Roberto d’Avila, disse ao Plenário do

CNS que “as divergências são pequenas diante da grandiosidade dos problemas que precisamos enfrentar juntos”. Já o presidente da Fenam, Cid Carvalhaes, reforçou: “nós lutamos pelo mesmo SUS, não podemos estar ausentes das discussões do CNS que definem a política de saúde do país”.

Subcomissão da Câmara quer novo marco legal para o SUS

As entidades médicas nacionais têm contribuído com os trabalhos da subcomissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o financiamento, a reestruturação da organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), ligada à Comissão de

Seguridade Social e Família. O objetivo é o aprimoramento do marco legal que regula o SUS e a relação entre União, Estados e Municípios. A versão final do relatório da subcomissão será debatida em um seminário na Câmara previsto para outubro. Dentre as conclusões até ago-

ra, destacou-se que é inviável o estabelecimento de um modelo único de gestão no SUS para todos os estados e municípios brasileiros. Também foi manifestada a preocupação com a ausência de controle social sobre os contratos de terceirização de serviços

do SUS. Participam, dentre outros parlamentares: Jandira Feghali, Rogério Carvalho, Célia Rocha, Chico D’Angelo, Eleuses Paiva, João Ananias, Marcus Pestana, Amauri Teixeira, Darcísio Perondi, Osmar Terra, Padre João, Raimundão e Ságuaes Moraes.

EC 29: votação foi jogada para o segundo semestre

A Comissão Nacional Pró-SUS uniu-se a parlamentares e entidades da saúde em protesto contra a decisão do governo de impedir mais uma vez a regulamentação

da Emenda Constitucional 29, que não foi votada antes do recesso do Congresso Nacional. O presidente da Câmara, Marco Maia, afirmou que entre agosto e

setembro de 2011 a EC 29 será colocada em votação. Mas há dúvidas sobre isso, pois há temor do governo de que o Senado altere o texto que venha a ser acordado na

Câmara e aumente, dos atuais 7% para 10% da receita bruta, o percentual que a União deve aplicar em Saúde, situação rechaçada pela equipe econômica.

Após mobilizações locais, médicos têm ganhos no SUS

A Pró-SUS acompanha os movimentos da categoria na rede pública. A seguir, mobilizações vitoriosas e outras ainda em curso, na luta pela valorização dos médicos do SUS.

Recife: Os médicos aprovaram a proposta da Prefeitura de implantar o PCCV e a lei de produtividade. Além disso, em dez meses haverá um aumento total de 26,5% na remuneração, escalonado até junho de 2012.

Porto Alegre: Câmara municipal aprovou PL que cria o cargo de especialista médico e a jornada de 20 horas semanais para a categoria, o que vem sendo negociado pelo Simers desde 2005. O projeto assegurou aumento de 21% retroativo a janeiro, com a incorporação do abono de R\$ 500,00 repassado aos médicos em 2010.

João Pessoa: Os médicos decidiram acatar a proposta da Secretaria Municipal de Saúde de reajuste de 18,4% e encerraram a paralisação que já durava 77 dias. O ganho, avalia o Sindicato dos Médicos, é resultado de uma categoria unida, que participou ativamente de oito assembleias e colocou as condições de trabalho e a atenção aos usuários do SUS acima da questão salarial.

Teresina: Médicos vinculados à Fundação Municipal de Saúde suspenderam a paralisação e aceitaram a proposta de reajuste de 7%, além da progressão de carreira de 650 médicos. No estado, as entidades médicas e o Ministério Público denunciam que o governo só aplica 8% (longe do mínimo legal de 12%) da receita estadual em saúde. Uma ação civil pública exige o ressarcimento de R\$ 197 milhões de reais ao Fundo Estadual de Saúde.

Bahia: O Conselho Superior das Entidades Médicas do Estado da Bahia (Cosemba) foi recebido no dia 6 de julho pelo governador Jaques Wagner, que assumiu compromisso de avaliar a possibilidade de reajustar o salário dos médicos da rede estadual de saúde. Em maio e junho os médicos do estado realizaram greve por reajustes salariais e contratação de mais profissionais por meio de concurso público.

Caxias do Sul (RS): O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ) decidiu pela garantia do direito de greve dos médicos do SUS de Caxias do Sul. Segundo as entidades médicas a suspensão do movimento, que já dura mais de 60 dias, só acontece depois da concessão do abono de 55% sobre o vencimento básico de R\$ 2,2 mil.

Marília (SP): A paralisação dos médicos do município completou 170 dias e atinge 31 postos de saúde. Os médicos de saúde da família pedem melhorias na estrutura das unidades de saúde e aumento salarial. Eles recebem salário de R\$7,5 mil mensais mas querem equiparação com colegas de cidades da região que ganham entre R\$ 9 mil e R\$ 14 mil por 40 horas. Dez médicos já pediram demissão.

Ribeirão Preto (SP): Mais de 600 médicos assistentes do HC de Ribeirão Preto estão em greve desde final de junho. Eles querem a equiparação salarial com os médicos do Hospital Estadual e da maternidade Mater, ambos de Ribeirão Preto, e administrados pela mesma fundação mantenedora do HC, mantida pela secretaria estadual. Os grevistas recebem R\$ 3,2 mil enquanto seus colegas recebem R\$ 6,9 mil pelas mesmas 24 horas semanais.

São José dos Campos (SP): Os médicos do SUS estão em sinal de alerta, na luta por reajuste salarial e melhorias no atendimento. Já realizaram três paralisações de 24 horas desde maio, reivindicando aumento de 100% no salário base, que é hoje de R\$ 2.300.

Belo Horizonte: Depois de elaboração de dossiê pelo Sinmed, o MP de Minas Gerais encaminhou ao secretário de Estado de Saúde recomendação “com vistas à solução extrajudicial da questão envolvendo melhoria das condições de trabalho e remuneração de profissionais da rede Fhemig”.

Rio de Janeiro: Desde 4 de julho, os médicos de hospitais de emergência do Rio deixaram de preencher o resumo de alta e a AIH, documentos que interferem nos repasses do SUS para a Prefeitura. A ação integra o movimento por reajuste salarial, PCCS e concurso público.

Juiz de Fora (MG): Por determinação da Justiça mais de mil médicos tiveram que voltar ao trabalho, mas seguem pedindo a implantação do salário mínimo profissional da Fenam. A paralisação durou mais de 40 dias e os médicos não conseguiram sequer ser recebidos pelo prefeito, Custódio Mattos (PSDB-MG).

Nos estados, entidades são contra terceirização

A Pró-SUs identificou que as entidades médicas têm liderado ações contra a terceirização da gestão dos serviços públicos de saúde, tendo em vista o impacto negativo na contratação, remuneração e direitos trabalhistas dos médicos.

No **Mato Grosso do Sul** os médicos estão paralisados por melhores relações trabalhistas e contratação via concurso público, com a adoção do PCCV. Uma das propostas do Sindicato é a de que nenhum médico seja contratado por Organização Social (OS), principalmente pelo IPAS e São Camilo, ambas já credenciadas a assumir as unidades de saúde no Estado.

Na **Paraíba**, os médicos protestaram contra a entrega da gestão do Hospital de Emergência e Trauma, de João Pessoa, para a Cruz Vermelha. A entidade declarou que os médicos da Paraíba rece-

bem os maiores salários do Brasil, “São todos bons profissionais, mas faltava choque de gestão”, disse à imprensa um representante da OS. O CRM afirmou que o governo deveria ter realizado um debate amplo com a sociedade e as entidades médicas, antes de tomar a decisão.

Em **Minas Gerais**, o Sin-med-MG está atento às ações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte de implantação da Parceria Público-Privada (PPP) na saúde, tendo convocado audiência pública sobre a abertura da concessão administrativa, para a iniciativa privada, da prestação de serviços de apoio à ope-

ração dos centros de saúde. Também em Salvador e São Paulo (capital) a implantação de PPPs geram polêmicas entre os médicos.

Em **São Paulo** o Simesp e várias entidades entraram com ação no Ministério Público alegando a inconstitucionalidade do decreto de lei que regulamenta Lei Complementar nº 1.131, responsável por direcionar até 25% dos atendimentos, em hospitais públicos estaduais administrados por OSs, a pacientes com planos de saúde.

No **Tocantins** o CRM-TO promoveu o 1º Fórum sobre a Terceirização da Saúde no Estado do Tocantins, que reu-

niu diversas entidades contrárias à decisão do governo do Estado de terceirizar os serviços da saúde e solicitar dos médicos a abertura de pessoas jurídicas para recebimento de salários.

No **Rio de Janeiro**, o Cremerj obteve desde fevereiro liminar que suspendeu o processo de licitação para contratação de OSs para a gestão das principais emergências da capital.

Durante o Fórum das entidades médicas do Nordeste, realizado em junho, a terceirização da gestão do SUS para Organizações Sociais (OSs) foi amplamente rejeitada pelas entidades presentes.

EDITORIAL

O ABSURDO PLANO DE AUMENTAR O NÚMERO DE MÉDICOS

É condenável a intenção do governo federal, divulgada na imprensa, de aumentar o número de médicos no País. Atualmente no Brasil existem 1,8 médico para cada mil habitantes, com a graduação de 16,5 mil novos profissionais a cada ano. A meta do chamado Plano Nacional de Educação Médica, elaborado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, é elevar para 19 mil formandos /ano e alcançar

a razão de 2,5 médicos para cada mil brasileiros. Trata-se de uma simplificação absurda dos problemas relacionados à saúde no país, como se a precariedade da assistência fosse responsabilidade dos médicos. Já existem 180 cursos de Medicina no país, muitos sem docentes preparados, sem estrutura hospitalar para o ensino da prática médica. Também não há vagas em Residência Médica

para todos os egressos.

A existência de determinados postos de trabalho não ocupados e a escassez de médicos em certas especialidades, nas regiões remotas e nas periferias de grandes centros não significa que o número de médicos é insuficiente. A carência localizada de médicos tem relação com desigualdades regionais, vínculos precários de emprego, baixos salários, más condi-

ções de trabalho e falta de segurança. A abertura de mais cursos de Medicina irá beneficiar empresários da educação mas não vai assegurar boa assistência médica no SUS. A solução real passa pela adoção de políticas públicas que promovam a interiorização da assistência e pela criação de uma carreira de médico no SUS, com remuneração e condições de trabalho adequadas

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá Miranda . **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Peixoto Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cláudio B. Souto Franzen, Eduardo Santana, Florentino Cardoso Filho, Frederico Henrique de Melo, Hermann V. Tiesenhausen, João Ladislau Rosa, José Fernando Maia Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Costa Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Waldir Cardoso, Wilton Mendes, Wirlande Santos da Luz .

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

Tel: (61) 3445-5957 Fax: (61) 3246-0231 – e-mail: comissoes@portalmedico.org.br